

LEI AGRÍCOLA ENFRENTA INCERTEZAS SOBRE APROVAÇÃO

Após a derrota na Câmara dos Deputados, no dia 20 de junho, a proposta da lei agrícola norte-americana enfrenta um cenário incerto.

O Senado, em 10 de junho, aprovou a medida com grande apoio bipartidário, com 66 votos a favor e 27 contra. A proposta de lei reduz os gastos do programa de auxílio à alimentação em US\$4.1 bilhões, durante um período de dez anos, e elimina os pagamentos diretos aos produtores agrícolas de US\$5 bilhões anuais substituindo-os por seguros de safra. Em contraste, a versão da Câmara é mais agressiva e pretende reduzir os gastos do programa de auxílio à alimentação em US\$20 bilhões, durante um período de dez anos. Esta grande diferença nos cortes do auxílio alimentar causou a queda da proposta na Câmara. Democratas não puderam apoiar a medida devido às ameaças de veto pela Casa Branca. Do mesmo modo, Republicanos posicionaram-se contra a proposta, que consideram demasiadamente onerosa. A proposta custaria US\$ 940 bilhões em dez anos.

Mediante ao impasse legislativo, várias opções para aprovação da proposta vem sendo discutidas, incluindo:

- 1) a possibilidade da reintrodução da proposta na Câmara, sem as provisões sobre o auxílio alimentar e possibilitando voto sem emendas;
- 2) a prorrogação da lei vigente;
- 3) votar a versão do Senado na Câmara;
- 4) seguir para a conferência legislativa sem a lei da Câmara.

É possível que as opções 1 e 2 sejam as mais plausíveis no momento. Mas até que uma nova lei agrícola seja votada, o acordo-quadro entre o Brasil e EUA permanecerá, assim como os pagamentos anuais de US\$147 milhões ao Instituto Brasileiro do Algodão.

O Deputado Frank Lucas, presidente do Comitê de Agricultura na Câmara, afirmou que está negociando ininterruptamente com seu colega Democrata, o vice-presidente do Comitê Agrícola, Collin Peterson, sobre qual veículo legislativo deverá ser utilizado para trazer o assunto para voto na Câmara.

Nesta Edição

Renovação do SGP e os Resultados da Revisão Anual	Pág. 02
Congresso Apoiar a TPA	Pág. 03
Cronograma para a TPA	Pág. 03
Notícias do EX-IM Bank dos EUA	Pág. 04
Senado Tenta Aprovar Projeto de Lei que Reduz Incentivos ao Etanol Brasileiro	Pág. 04
FSMA e o Controle de Alimentos Importados nos EUA	Pág. 05
EUA Criticam Brasil durante Análise de Relatório na OMC	Pág. 05
Preparação para a Próxima Rodada da TPP	Pág. 06
EUA Lançará Negociações com União Europeia em Julho	Pág. 06
Obama Revela Novo Plano para Combater Mudanças Climáticas	Pág. 07
Relatórios do Serviço de Pesquisas do Congresso	Pág. 08



Criado em 2000, o Brazil Industries Coalition (BIC) é uma entidade sem fins lucrativos, independente e estabelecida de acordo com a legislação norte-americana, dedicada à representação do setor privado brasileiro em Washington, D.C. A missão do BIC é defender, perante o Congresso e Executivo norte-americanos, os interesses do setor privado brasileiro e desenvolver um trabalho para promover a sólida parceria entre o Brasil e os Estados Unidos nas áreas de comércio, investimento, inovação e energia.

Renovação do SGP e os resultados da revisão anual

O Sistema Geral de Preferências (SGP) é um programa que reduz para zero a tarifa de determinados produtos procedentes de países em desenvolvimento, condicionado ao cumprimento de requisitos pré-determinados.

Instituído em 1976 e reinstituído pelo Congresso norte-americano em 2011, o SGP expira em 31 de julho deste ano. Atualmente, 4.975 produtos de 127 países e territórios beneficiários são elegíveis para participação no programa. Em 2012, os EUA importaram um total de US\$ 19,9 bilhões no âmbito do programa. O Brasil, como terceiro maior usuário do SGP, após a Índia e a Tailândia, exportou US\$ 2.3 bilhões no mesmo período.

O debate sobre a renovação do SGP no Congresso provavelmente terá início nos próximos meses, já que sua expiração se aproxima. Vale a pena ressaltar que, sem exceção, a liderança dos Comitês de jurisdição financeira da Câmara e do Senado, deseja renovar o SGP este ano. Além disso, o Representante Comercial dos Estados Unidos, Michael Froman, anunciou recentemente que se comprometeria a trabalhar em prol da renovação. Este posicionamento é importante porque garante votos de Senadores e Deputados democratas em favor do SGP.

Embora o Congresso apoie essa renovação, o debate contará com os seguintes obstáculos:

1) A dificuldade de encontrar um veículo legislativo adequado.

É improvável que o SGP tramite no Congresso de forma independente e dissociado de outras propostas de lei sobre o comércio. Assim sendo, há uma discussão no Congresso sobre a apresentação de um pacote legislativo que abrangeria várias propostas de lei, incluindo: a autoridade de promoção comercial (*Trade Promotion Authority – TPA*), uma proposta de lei sobre a reforma aduaneira, o auxílio para o ajuste comercial (*Trade Adjustment Assistance – TAA*), o SGP, entre outros. Este veículo seria viável somente após o recesso parlamentar de agosto.

2) A falta de tempo hábil legislativo.

O Presidente do Subcomitê de Comércio da Câmara, Deputado Devin Nunes, afirmou em junho que o Congresso provavelmente não renovaria o SGP antes de sua expiração em 31 de julho, devido a outros assuntos prioritários que tramitam no Congresso.

3) A duração do programa quando este for renovado.

O Congresso renovou o SGP retroativamente de 1º de janeiro de 2011 a 31 de julho de 2013. Contudo, há discussões sobre propostas para reduzir o tempo de vigência do programa.

4) Como contrabalançar a perda de receita devido às isenções tarifárias.

Nos últimos anos o Congresso aumentou taxas de utilização alfandegária, mas alguns congressistas se pronunciaram contra essa ação. Independente de qual seja o *offset* utilizado, a renovação do SGP terá que considerar o financiamento do programa. A lei norte-americana, conhecida como *pay-as-you-go*, requer que as propostas de lei que afetam os gastos diretos e a receita devem ser compensadas com corte de gastos e/ou elevação tarifária.

Mediante este cenário, recomendamos que as empresas brasileiras planejem seus orçamentos de modo a contar com a expiração do programa neste ano.

Resultados da Revisão Anual do SGP

No dia 27 de junho, o Representante Comercial dos EUA anunciou as decisões do Executivo mediante a revisão anual do SGP, referente ao ano de 2012. O Presidente dos EUA emitiu dispensas de limites de competitividade (CNL waivers) para mais de 100 produtos de 14 países, incluindo petições de *minimis*. Além disso, ele removeu o benefício do SGP de certas espécies de milho do Brasil (HTS 1005.90.40) por excederem seus limites de competitividade.

Esta decisão começou a valer a partir de 1º de julho deste ano. Os EUA também removeram Bangladesh da lista de países beneficiários do SGP por questões trabalhistas.

Da mesma forma, o Executivo não aceitou a petição da empresa brasileira Parapanema S.A., que propôs adicionar os fios de cobre refinados com a maior dimensão da seção transversal superior a 6 mm (HTS 7408.19.0030), à lista de produtos beneficiados. Contudo, a dispensa de limites de competitividade para as ferro-ligas de silício de cálcio (HTS 7202.99.20), peticionada pela Bozel North America, foi aprovada.

O USTR aprovou dispensa de minimis para 15 produtos do Brasil e negou vários outros pedidos para a reinclusão ao programa do SGP.

Congresso apoia a TPA

A autoridade de promoção comercial (*Trade Promotion Authority – TPA*), que permite ao Presidente apresentar acordos ao Congresso para o voto sem possibilidade de emendas, expirou em 2007. No entanto, devido ao grande número de acordos em negociação, a Casa Branca, o Congresso e o setor privado preparam-se para avançar uma nova lei de TPA ainda este ano.

Durante sua audiência de confirmação no Comitê de Finanças, o novo Representante Comercial dos Estados Unidos, Michael Froman, afirmou que o Presidente Obama trabalhará em prol da renovação do TPA o mais rápido possível. Contudo, até o momento, nenhuma proposta legislativa foi apresentada. Na Câmara, líderes republicanos no Comitê de Comércio apoiam a renovação da TPA, enquanto democratas demonstram preocupação em delegar ao Presidente a autoridade constitucional do Congresso de regulamentação do comércio exterior.

Sem a TPA será muito difícil negociar acordos com a União Europeia, a parceria transpacífica (*Trans-Pacific Partnership – TPP*), juntamente com o Japão e outros 11 países, e um acordo multilateral de serviços. Os parceiros econômicos serão mais relutantes ao fazerem concessões se acreditarem que os acordos serão modificados posteriormente no Congresso através de emendas. A União Europeia não se mostra preocupada com o assunto, pois espera que a TPA seja aprovada.

O Embaixador Froman reiterou seu compromisso em trabalhar na obtenção da TPA e declarou que seu foco será melhorar a relação do Escritório do Representante Comercial com o Congresso.

Cronograma para a TPA

O presidente do Comitê de Finanças, Senador Max Baucus (democrata de Montana) afirmou que uma de suas prioridades para este ano é a elaboração de um novo projeto de lei sobre a autoridade de promoção comercial (*Trade Promotion Authority – TPA*). Contudo, parece improvável a sua apresentação até o final de julho.

Baucus também estabeleceu como prioridade para o ano de 2013 a votação de uma legislação de reforma fiscal, desejando leva-la a votação no Senado até novembro. Com o foco dos congressistas dividido com a legislação de reforma tributária, o comitê terá pouco tempo para se concentrar na proposta do TPA.

Assim, a audiência no Comitê de Finanças dia 11 de julho sobre a TPA poderia ajudar a manter algum nível de atenção ao assunto. Provavelmente a renovação da TPA não ocorrerá até que o Congresso seja obrigado a lidar com o término do auxílio para o ajuste comercial (*Trade Adjustment Assistance – TAA*) no final do ano, já que para muitos congressistas norte-americanos a TPA e o TAA estão politicamente interligados. Baucus disse que pretende renovar os dois projetos de lei.

Sobre a reforma tributária, Baucus e o vice-presidente do Comitê de Finanças, Senador Orrin Hatch, (republicano de Utah), pediram aos seus colegas de comitê que apresentem suas sugestões para a lei de reforma tributária até 26 de julho.

No entanto, especialistas alertam que esse processo pode não levar a um projeto de lei necessariamente, uma vez que não está claro se os integrantes do comitê conseguirão chegar a um consenso sobre a questão mais controversa da lei: se haverá, ou não, aumento de impostos sobre os mais ricos. Além disso, não se sabe ao certo se a Câmara aprovaria uma lei fiscal ainda este ano, especialmente se este assunto for vinculado ao debate sobre o aumento do limite da dívida dos Estados Unidos.

Notícias do EX-IM Bank dos EUA

Durante o mês de maio, o Senado e a Câmara dos Deputados prorrogaram a existência do Banco de Exportação e Importação (Ex-Im Bank) dos EUA até 2014. No final do mês, o Presidente Obama confirmou a extensão de três anos, desagradando os oponentes do banco. Eles argumentam que os financiamentos do Ex-Im Bank distorcem o mercado por selecionar “ganhadores” e “perdedores”, e que seus subsídios de exportações atuam como “previdência corporativa.” Os proponentes apontam o papel do banco na baixa do déficit da balança corrente.

Em junho, os oponentes do banco tentaram impedir a nomeação de Fred P. Hochberg para um segundo período como presidente, com a intenção de dissolver o banco. Hochberg deve ser confirmado pelo plenário do Senado até 20 de julho.

Nos dias 5 e 6 de junho, oponentes ao Ex-Im Bank, Dep. Justin Amash (republicano de Michigan) e Sen. Mike Lee (republicano de Utah) introduziram projetos de lei na Câmara e no Senado, objetivando o fechamento do banco. Ambos os projetos foram referidos aos respectivos comitês.

Senado tenta aprovação de projeto de lei que reduz incentivos ao etanol brasileiro

Desde 2007, o padrão de combustível renovável (*Renewable Fuel Standard - RFS*) permite que a indústria de combustíveis misture até 15% v/v de etanol na gasolina. No entanto, este número não é praticado porque a indústria afirma que o E15, como é conhecido, danificará o motor dos carros, entre outras alegações. O RFS foi criado para diminuir a poluição por combustíveis fósseis, sob o Energy Policy Act (EPAAct), em 2005.

A indústria de combustíveis mistura etanol até 10% v/v, o que é chamado de *blend wall*. Através do RFS, o EPA estabeleceu um objetivo de, até 2022, ter 36 bilhões de galões de etanol adicionados à gasolina. Este objetivo só poderá ser alcançado, se o E15 começar a ser praticado. Como a indústria não é a favor desta regulamentação, o Senado busca medidas para forçar o EPA a reduzir seu objetivo. Os EUA não produzem etanol suficiente para alcançar o número proposto e, portanto, importa o restante. O projeto de lei consiste em barrar combustíveis estrangeiros de participarem nas misturas de biocombustível dos EUA. Isto forçaria o EPA a mudar a regulamentação, que seria, então, inatingível. O Brasil é um dos países que exportam etanol para o país; estimativas do EPA preveem que 666 milhões de galões dos 2.75 bilhões de galões de biocombustível necessários para 2013 virão do etanol da cana-de-açúcar brasileira.

Uma audiência pública sobre a perspectiva do governo sobre o RFS [aconteceu em 27 de junho](#).

FSMA e o controle de alimentos importados nos EUA

A Lei de Modernização da Segurança Alimentar (FSMA, em inglês) institui novos sistemas de fiscalização preventivos da cadeia produtiva de alimentos.

Em relatório enviado ao Congresso, a Administração de Alimentos e Medicamentos dos Estados Unidos (*Food and Drug Administration - FDA*) destacou que a implementação de um paradigma inteiramente novo para a supervisão das importações é essencial para a garantia da segurança dos alimentos importados e consumidos nos Estados Unidos. Atualmente, 15% da oferta de alimentos no país são constituídos por alimentos importados de mais de 110.000 fabricantes de 150 países distintos, muitos dos quais possuem sistemas regulatórios menos desenvolvidos. Desta forma, a FSMA fornece à FDA novas autoridades na área de fiscalização, incluindo o poder de responsabilizar o importador pela verificação dos controles preventivos dos fornecedores de alimentos, a fim de garantir que os alimentos importados para os Estados Unidos sejam tão seguros quanto os alimentos produzidos no país.

A FDA destacou também que, ao longo dos últimos dez anos, a agência tem tomado medidas importantes para melhorar o controle dos alimentos importados, incluindo a implementação de um novo sistema de análise baseado na avaliação de risco, com o objetivo de aperfeiçoar a triagem nas fronteiras; o estabelecimento de escritórios na China, Índia, América Latina, Europa, Oriente Médio e África; bem como o desenvolvimento de planejamento conjunto com outros países, como o programa-piloto negociado com a Nova Zelândia.

Além disso, a FDA está desenvolvendo o Programa de Verificação de Fornecedor Estrangeiro, através do qual terceiros credenciados poderão certificar que as instalações de alimentos estrangeiras operam em conformidade com as normas da FSMA.

Coleta de Informações Referentes à Importação de Frutas e Vegetais

Em conformidade com a Lei de Proteção das Plantas, o Secretário do Departamento de Agricultura está autorizado a realizar operações ou impor medidas a fim de detectar, erradicar, eliminar, controlar, prevenir ou retardar a propagação de pragas. As regras contidas nas seções 319.56 a 319.56-48 do Código de Regulamentos Federais proíbem ou restringem a importação para os Estados Unidos de determinadas frutas e vegetais originários de certas partes do mundo, com o objetivo de impedir a introdução e disseminação de moscas e outras pragas de plantas no país.

Desta forma, em 18 de junho o Serviço de Inspeção Sanitária Animal e Vegetal (APHIS, em inglês) comunicou que coletará informações por intermédio dos formulários PPO 587 e de solicitação de licença, certificado fitossanitário, inspeções, registros e rotulagem, a fim de conferir maior eficácia aos seus regulamentos de importação e limitar a introdução de pragas agrícolas potencialmente destrutivas. Para maiores informações, [acesse](#).

EUA criticam Brasil durante análise de relatório na OMC

No fim de junho de 2013, a Organização Mundial do Comércio (OMC) emitiu o relatório sobre a política comercial do Brasil (o anterior é de 2009) e durante a sua revisão, David Shark, Representante Permanente dos EUA na OMC, expressou sua preocupação com a economia brasileira que, segundo estudo produzido pela Câmara Internacional de Comércio, é a mais fechada dentre os países que integram o G20. Shark categorizou os EUA e o Brasil como as maiores economias do hemisfério ocidental e afirmou que os dois países mantêm relação próxima no que se refere à expansão comercial, fluxo de capital, saúde, educação e atividades científicas.

O Representante dos EUA declarou que o Brasil é o oitavo maior parceiro comercial dos EUA e, portanto, vital para a economia do país. Entretanto, problemas na estrutura econômica brasileira precisam ser solucionados para que o país continue a crescer. Shark apontou alguns dos problemas: altas tarifas, pesadas regras de con-

teúdo local, regime regulatório complexo e ineficiente, infraestrutura inadequada, limitado acesso de crédito e um mercado trabalhista rígido. Esta situação, segundo Shark, ameaça a competitividade e o crescimento econômico.

Reflexo disto é a atual posição do Brasil no rank que mede a facilidade de desenvolvimento de negócios em 185 países. Em 2013, o Brasil encontra-se na posição 130.

Os EUA reconhecem que o Brasil tem progredido nas questões de proteção aos direitos autorais. No entanto, limitações na área ainda são obstáculos para investimentos e exportações norte-americanas. Particularmente, a nova regulamentação, que dá poder à ANVISA para conceder autorização prévia para pedidos de patentes farmacêuticas, preocupa os EUA. Shark também pediu que o Brasil trabalhe em um acordo para facilitação de comércio na reunião da OMC em dezembro deste ano. Finalmente, Shark parabenizou o embaixador Azevêdo como novo Diretor Geral da OMC. Clique [aqui](#) para o acessar o documento original.

Preparação para a próxima rodada da TPP

No dia 27 de junho, o Ministro do Comércio da Cingapura admitiu a improbabilidade da conclusão de um acordo final da Parceria Transpacífica (TPP) até a reunião de outubro na Indonésia como inicialmente planejado, mas ressaltou que o prazo está pressionando os negociadores a realizarem progressos significativos.

O USTR Michael Froman reuniu-se no dia 27 de junho com os embaixadores dos 10 outros países que integram as negociações da TPP. Durante a reunião, Froman solicitou a todos os participantes que identificassem os interesses centrais de seus países sobre as questões pendentes, para que os parceiros da TPP possam, juntos, incidir sobre as negociações e traçar um curso para a conclusão do acordo. Ele também reiterou que os EUA esperam poder contar com a participação do Japão durante a última parte da próxima rodada formal de negociações, que acontecerá entre os dias 15 e 25 de julho, na Malásia.

Em comunicado à imprensa, o USTR ressaltou que os EUA aumentaram seu engajamento político de alto nível na TPP, citando os encontros nos últimos meses entre o Presidente Obama e os líderes de Brunei, Canadá, Chile, Malásia, México, Peru, Cingapura e Japão para abordar as principais questões ainda pendentes.

Froman também se reuniu, na última semana de junho, com o ministro do Comércio do Canadá, Ed Fast. Durante o encontro, os dois líderes traçaram planos para concluir a TPP ainda este ano.

EUA lançará negociações com União Europeia em julho

Os Estados Unidos e a União Europeia anunciaram formalmente, em 17 de junho, o lançamento das negociações sobre o Comércio Transatlântico e Parceria de Investimento (*Transatlantic Trade and Investment Partnership – TTIP*), considerado um acordo “ambicioso, abrangente e de alto padrão” entre os países que correspondem a 40% da produção econômica mundial e quase um terço do comércio mundial. A primeira rodada de negociações da TTIP acontecerá na semana de 8 de julho, em Washington, D.C. Embora representantes do governo tenham declarado que esperam concluir as negociações dentro de 18-24 meses, um *fact sheet* da UE registra que acordos de igual abrangência com a Coreia do Sul e Cingapura levaram quatro anos para serem concluídos.

De acordo com uma declaração conjunta, a TTIP visa:

- Maior abertura dos mercados da UE (aumento em US\$458 bilhões as exportações de bens e serviços dos EUA para EU em 2012);

- Reforçar o investimento baseado em regras (total de US\$3,7 trilhões em 2011);
- Eliminar todas as tarifas sobre o comércio;
- Eliminar as barreiras não-tarifárias que impedem o fluxo de mercadorias, incluindo produtos agrícolas;
- Obter melhor acesso ao mercado sobre o comércio de serviços;
- Reduzir significativamente o custo das diferenças de regulamentos e normas, promovendo maior compatibilidade, transparência e cooperação, mantendo níveis elevados de saúde, segurança e proteção ambiental;
- Desenvolver regras, princípios e novos modos de cooperação sobre questões de interesse global, incluindo a propriedade intelectual, as empresas estatais e as barreiras de localização para o comércio; e
- Promover a competitividade global das pequenas e médias empresas.

Sobre a estrutura básica das negociações, discussões preliminares envolvem 20 grupos de negociações ou subgrupos, inclusive grupos exclusivos para as questões de agricultura e sanitárias e fitossanitárias.

Ambos os lados reconheceram que existem sensibilidades nas negociações. O mandato de negociação da União Europeia exclui serviços audiovisuais (indústria cinematográfica). Após a primeira rodada de negociações em julho haverá mais duas seções em meados de outubro e dezembro. O Presidente Obama anunciou que deseja que as negociações terminem no fim do seu mandato, em janeiro de 2017. No entanto, o Comissário de Comércio da União Europeia, Karel De Gucht, afirmou que prefere a conclusão das negociações ao término do mandato da Comissão da União Europeia, em 2014.

A TTIP entre os EUA e a UE superaria qualquer outro acordo porque ambos os lados já comercializam bens e serviços no valor de US\$2 bilhões por dia.

Obama revela novo plano para combater mudanças climáticas

Em 25 de junho de 2013, o presidente dos EUA anunciou seu plano para reduzir a emissão de poluição a fim de combater as mudanças climáticas. Ele revelou sua intenção de tornar os EUA um líder global em sustentabilidade. Para alcançar tal feito, o país planeja diminuir a poluição por carbono através do uso de energia limpa e desperdiçar menos recursos.

O Presidente declarou que sua administração intensificou a cooperação climática com as maiores economias emergentes, como o Brasil. Ele solicitou que os países adotem a causa, dizendo que todos têm um papel a cumprir.

Resumo do plano:

- A Agência de Proteção do Meio-Ambiente (EPA) regulará a poluição por carbono de usinas;
- A produção de energia eólica e solar será dobrada até 2020;
- Aumento do financiamento de energia limpa em 30% para todas as agências do governo;
- O Departamento de Defesa irá dispor de 3 GW de energia renovável em instalações militares até 2025;
- Solicitação ao Congresso dos EUA para aplicação de taxas às grandes companhias de petróleo, bem como o investimento em companhias de energia limpa;
- Utilização de tecnologia avançada em veículos de grande porte objetivando a redução do consumo de combustível, através de parcerias com líderes da indústria automobilística;

- Novos padrões de eficiência para eletrodomésticos;
- Governo consumirá 20% de sua eletricidade advinda de fontes renováveis;
- Esforço internacional, incluindo:
 - parcerias com o setor privado dos EUA para aplicação do conhecimento tecnológico em países que atualmente migram para o gás natural;
 - o fim do financiamento público para novas plantas de carvão em outros países, com a exceção dos casos em que há sequestro de carbono ou que não há outra possibilidade viável para geração de eletricidade;
 - o livre comércio global para bens e serviços ambientais, incluindo tecnologia para energia limpa, a fim de auxiliar um número maior de países a evitar fases de desenvolvimento com aumento de poluição. [Acesse](#) o discurso.

Relatórios do serviço de pesquisas do Congresso

- Os Países da Parceria Transpácífica (TPP): Análise Comparativa sobre o Comércio e Economia
Em meio a negociações para a TPP, este relatório fornece uma análise comparativa sobre o comércio e a economia dos países envolvidos, suas relações econômicas com os Estados Unidos e os impactos potenciais da parceria para cada economia. [Acesse](#).
- As Negociações da Parceria Transpácífica (TPP) e Questões para o Congresso
No fim de junho, o CRS publicou o resumo das negociações da TPP e as questões-chave para que o Congresso se informe, em preparação para o debate sobre as negociações. [Acesse](#).
- Financiamento Internacional para Alterações Climáticas: Os Fundos de Investimento Climático (CIFs)
Os CIFs são programas de investimento ambiental administrados por bancos multilaterais de desenvolvimento. Este relato fornece um panorama dos tipos de fundos, o papel dos EUA neste grupo de programas e as questões relevantes aos bancos multilaterais de desenvolvimento. [Acesse](#).
- Captura e Sequestro do Carbono: Pesquisas, Desenvolvimento e Demonstração no Departamento de Energia dos EUA
Este relatório examina as novas regras da Agência de Proteção Ambiental sobre o ar limpo e o desenvolvimento da tecnologia para a captura e sequestro do carbono. [Acesse](#).
- A Lei Agrícola de 2013: Uma comparação do projeto de lei do Senado (S. 954) e o projeto de lei da Câmara dos Deputados com a lei agrícola existente
O CRS publicou este relatório alguns dias antes do projeto de lei da Câmara ser rejeitado. O relato compara os projetos de lei deste ano com a lei existente, provisão por provisão. [Acesse](#).
- O que é a Lei Agrícola?
Esse relatório do CRS fornece um panorama cronológico da lei agrícola para um entendimento completo da questão. [Acesse](#).

- As questões de Ciências e Tecnologia no 113º Congresso

No final de junho, o CRS publicou esse relatório objetivando resumir as principais questões na área de ciências e tecnologia para o Congresso. Os capítulos sobre o meio-ambiente e energia discutem os assuntos referentes às alterações climáticas, à captura e sequestro de carbono, à tecnologia de geo-engenharia, às tecnologias de energia dos oceanos, entre outros. [Acesse](#).